**Quadro privativo dos engenheiros-auxiliares
dos Caminhos de Ferro do Estado**

Quantidades			Categorias
S. S.	M. D.	Total	
1	1	2	Chefes de Repartição Central de Via e Obras. Chefes de Secção de Via e Obras. Engenheiros auxiliares praticantes.
8	4	12	
2	2	4	
11	7	18	

Paços do Governo da República, 18 de Junho de 1923. — O Ministro do Comércio e Comunicações, *João Teixeira de Queiroz Vaz Guedes*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral dos Serviços Centrais

Repartição Técnica de Saúde

Decreto n.º 8:925

Tendo o governador geral da Índia, independentemente do voto do Conselho Legislativo, exposto a necessidade de aplicação de medidas de defesa sanitária que permitam a intervenção imediata no saneamento de focos de infecção perigosos para a saúde pública, de maneira a melhorar as condições de insalubridade e endemicidade a que pelas suas condições especiais tam sujeita está a referida colónia;

Sendo manifesta a urgência em providenciar eficazmente sobre a hygiene e salubridade habitacional duma região em relações constantes com um país onde reinam epidémica e endémicamente variadas pestilências, ameaçando a todo o momento a integridade sanitária do território português;

Ponderando a circunstância de o Conselho do Governo da Índia já em tempo se ter pronunciado desfavoravelmente sobre o assunto; mas tendo em vista a conveniência de o regularizar, sem contudo deixar de atender aos legítimos interesses dos cidadãos;

Conformando-me com os pareceres do governador geral da Índia, do chefe dos serviços de saúde, do Conselho de Saúde e Higiene e da Procuradoria da República da mesma colónia; e

Usando da faculdade que me confere a base 7.ª do decreto n.º 7:008, de 9 de Outubro de 1920:

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro das Colónias, o seguinte:

Artigo 1.º Serão demolidas, sem perda de tempo, como perigosas para a saúde pública, todas as casas ou habitações que forem reconhecidas como focos de infecção e insusceptíveis de beneficiação, pelo Conselho de Saúde e Higiene, sob proposta fundamentada do delegado ou subdelegado de saúde, ou ainda de qualquer outro médico que para esse fim especial seja delegado pelo referido Conselho e que a elle poderá ou não pertencer.

Art. 2.º Aos prédios cuja demolição se julgar indispensável será feita previamente uma vistoria, intervindo nela o administrador do concelho, um médico, delegado especial do Conselho de Saúde e Higiene, e três peritos, dos quaes um será requisitado à Direcção Geral das Obras Públicas ou sua secção, outro nomeado pelo proprietário do prédio, que poderá assistir ao acto, e outro, para desempate, escolhido pelo mesmo administrador, que mandará lavrar o auto onde se declare o valor que os peritos atribuíram ao prédio a demolir e, pelo delegado do Conselho de Saúde e Higiene, se especifiquem os motivos que tornaram perigosa a conservação do edificio.

Art. 3.º As disposições deste Decreto são de execução permanente e estendem se a toda a provincia.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro das Colónias o faça publicar.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» do Estado da Índia.

Paços do Governo da República, 18 de Junho de 1923. — ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA — *Alfredo Rodrigues Gaspar*.